



SEÇÃO: PESQUISA SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZACIONAIS

## Presença de pessoas com deficiência e condição socioeconômica dos domicílios gaúchos: uma análise com dados do Censo Demográfico do IBGE

*Presence of disabled people and socioeconomic condition of households in Rio Grande do Sul: an analysis with data from the IBGE Demographic Census*

**Gabriel Souza da Silva<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-0708-6295](https://orcid.org/0000-0002-0708-6295)  
[gabriel.silva00@edu.pucrs.br](mailto:gabriel.silva00@edu.pucrs.br)

**Diego da Rosa dos Santos<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-1694-4260](https://orcid.org/0000-0003-1694-4260)  
[d.rosa003@edu.pucrs.br](mailto:d.rosa003@edu.pucrs.br)

**Izete Pengo Bagolin<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-4325-7677](https://orcid.org/0000-0003-4325-7677)  
[izete.bagolin@pucrs.br](mailto:izete.bagolin@pucrs.br)

**Recebido em:** 30 abr. 2024.

**Aprovado em:** 19 ago. 2024.

**Publicado em:** 10 dez. 2024.

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo entender se a presença de pessoa com deficiência impacta na renda domiciliar *per capita* e na probabilidade de um domicílio se encontrar em situação de pobreza ou extrema pobreza. Utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram estimados e comparados três modelos que buscaram testar as hipóteses que (1) domicílios em que pelo menos um morador é pessoa com deficiência apresentarão igual probabilidade de estar em situação de pobreza e extrema pobreza em comparação a domicílios sem pessoa com deficiência e (2) domicílios em que pelo menos um morador é pessoa com deficiência apresentarão maior probabilidade de possuírem renda *per capita* inferior a um salário-mínimo (R\$ 510). Os resultados encontrados confirmam as hipóteses para os modelos de extrema pobreza e pobreza, sendo que a presença de uma pessoa com deficiência no domicílio reduz as chances de a renda familiar *per capita* ficar abaixo destas respectivas linhas de pobreza. No entanto, é maior a probabilidade de esses domicílios possuírem renda domiciliar abaixo de um salário-mínimo.

**Palavras-chaves:** Pessoas com deficiência. Pobreza. Renda familiar. Censo.

**Abstract:** This study aims to understand whether the presence of disabled individuals impacts per capita household income and the likelihood of a household being in poverty or extreme poverty. Using data from the 2010 Demographic Census from IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), three models were estimated and compared to test the hypotheses that (1) households with at least one disabled resident will have the same probability of being in poverty and extreme poverty compared to households without disabled residents, and (2) households with at least one disabled resident will have a higher probability of having per capita income below the minimum wage (R\$ 510). The results confirm the hypotheses for the models of extreme poverty and poverty, as the presence of a disabled individual in the household reduces the chances of per capita family income falling below these poverty lines. However, these households have a higher probability of having household income below the minimum wage.

**Keywords:** People with disabilities. Poverty. Family income. Census.

### 1 Introdução e hipóteses

Ter deficiência, independentemente da forma e da intensidade que esta apresenta, tende a afetar diversas áreas da vida de uma pessoa, entre elas a sua capacidade de trabalhar e manter independência financeira,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre/RS, Brasil.

enfrentar discriminação social e sofrer com a falta de acessibilidade, bem como ser incapaz de atender às suas necessidades básicas (Schneider e Suich 2021; Roddy 2022).

As iniciativas para reduzir as desvantagens enfrentadas pelas pessoas com deficiência vêm se fortalecendo ao longo dos anos, sendo um marco importante a publicação, em 2006, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovida pelas Nações Unidas. Esse documento internacional estabelece diretrizes voltadas para a promoção da dignidade e dos direitos dessas pessoas, incentivando sua plena participação na sociedade. A inclusão das desigualdades derivadas da deficiência no debate internacional também se reflete nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no ODS 10 (Redução das Desigualdades), que busca "promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra" (IPEA 2024, 7).

Apesar do impulso gerado pela Convenção de 2006, algumas políticas públicas brasileiras voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência já haviam sido implementadas anteriormente, como a Lei de Cotas (Brasil 1991) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil 1996). Mais recentemente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil 2015) consolidou muitos dos princípios defendidos pela Convenção, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades nas esferas educacional, trabalhista e social (Brasil 1991, 1996, 2009, 2015). No entanto, mesmo com esses avanços, as políticas públicas e sociais ainda não atingiram plenamente a inclusão socioeconômica das pessoas com deficiência e suas famílias, e a pobreza continua fortemente associada à deficiência.

Evidências apresentadas por Brucker et al. (2015) indicam uma maior prevalência de pobreza em nível individual para esse grupo. Além disso, também há evidências de maiores índices de desemprego e demissões involuntárias, agravando ainda mais a situação de pobreza (Mizunoya e Mitra 2013; Mitra e Kruse 2016). Esse contexto

individual pode comprometer o bem-estar das famílias e domicílios em que vivem pessoas com deficiência (Bella e Dartanto 2018; Simeu e Mitra 2019; Guets e Behera 2022). Gastos extras com saúde e outros tipos de adaptações tendem a piorar significativamente a situação financeira das famílias (Mitra et al. 2017; Asuman, Ackah e Agyire-Tettey 2021; Ismail e Arfa 2022; Morris et al. 2022). Embora o recebimento de benefícios sociais possa reduzir a pobreza monetária, esses efeitos podem se neutralizar (Brucker et al. 2015) ou até mesmo causar uma redução artificial da pobreza, em que os rendimentos dos domicílios passam a estar acima das linhas de pobreza vigentes, mas outras formas de privação persistem. A pobreza, para além da falta de recursos monetários, pode ser compreendida de maneira multidimensional, afetando áreas como o acesso à educação, à saúde, aos serviços básicos e outras dimensões da vida individual, familiar e social (Sen 2018).

Características como menor nível educacional, lares chefiados por mulheres, pessoas não brancas e pessoas com deficiência são associadas a domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza. A literatura também aponta que a desigualdade na distribuição das rendas familiares é influenciada pelo tamanho e composição dos domicílios (Wajnman, Turra e Agostinho 2006). Mudanças na composição familiar nas últimas décadas mostram que um maior número de crianças nas famílias se concentra nos decis mais baixos da distribuição de renda, aumentando a desigualdade (Barros et al. 2006). Isso ocorre em parte porque, nesses lares, é mais comum que os adultos estejam ocupados no mercado de trabalho. A estrutura familiar recente também aumentou o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que historicamente têm rendimentos menores (Ferrario e Cunha 2012).

Em domicílios que possuem pessoas com deficiência não é diferente. No Rio Grande do Sul, 21,3% das pessoas com deficiência recebem entre 1 e 2 salários-mínimos (dados de 2010), enquanto a maioria da população de pessoas com deficiência segue sem trabalho e renda,

em geral atuando em atividade agrícola para consumo próprio ou ajudando outro membro da família (Cintra e Souza 2012).

Governos de diversos países e regiões buscam remediar a situação de duas formas. Uma delas, mais imediata em comparação a políticas de inserção social e emprego, é fornecer auxílios financeiros para pessoas com deficiência em situação de desemprego, e até mesmo para aqueles que estão empregados em casos pontuais, tendo em vista suas maiores necessidades de recursos para obter uma vida digna. Não se pode desprezar, portanto, o efeito dos auxílios governamentais específicos e direcionados a este público. As linhas de pobreza e extrema pobreza (140 e 70 reais, respectivamente<sup>2</sup>) estão situadas em um valor muito abaixo do recebido por pessoas com deficiência e idosos por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste na transferência monetária de um salário-mínimo para pessoas com deficiência e idosos (Costa et al. 2016). O estudo de Brucker et al. (2015), no contexto estadunidense, apontou que a pobreza monetária medida por meio da modalidade convencional, e compensada para identificar gastos extras em decorrência da deficiência, bem como benefícios recebidos em decorrência desta, apresentam pouca diferença entre si. Banks et al. (2021) reforçam este ponto ao analisar dados do Vietnã e Nepal, afirmando ainda que a maior desigualdade se concentra nas taxas de pobreza multidimensional. Dessa forma, este trabalho adota como primeira hipótese que:

**Hipótese 1:** Domicílios em que pelo menos um morador é pessoa com deficiência apresentarão igual probabilidade de estar em situação de pobreza e extrema pobreza em comparação a domicílios sem pessoas com deficiência.

Como apontam Cintra e Souza (2012), domicílios que possuíam pessoas com deficiência severa (incapacitante) tiveram um aumento nas proporções para faixas acima de um salário-mí-

nimo, aumentando a taxa de domicílios acima da linha de pobreza de 81,4% em 2000 para 92% em 2010. No entanto, apesar de os benefícios reduzirem a pobreza e a extrema pobreza monetária, devido ao seu valor considerável para a realidade brasileira, ainda persistem muitos desafios para as famílias afetadas, como, por exemplo, menor possibilidade de ofertar trabalho no mercado, em razão do tempo dedicado pelo familiar aos cuidados da pessoa com deficiência, incapacitação da própria pessoa com deficiência para trabalhar, maior discriminação a pessoas com deficiência no mercado de trabalho mesmo quando a sua condição não é incapacitante, o que reduz a probabilidade de auferir uma maior renda *per capita*. Essas circunstâncias afetam principalmente pessoas que não possuem deficiências incapacitantes, mas que enfrentam alguma desvantagem que as impede de participar do mercado de trabalho. Desta forma, o trabalho adota como hipótese:

**Hipótese 2:** Domicílios em que pelo menos um morador é pessoa com deficiência apresentarão maior probabilidade de possuírem renda *per capita* inferior a um salário-mínimo (R\$ 510).

Em se confirmando a Hipótese 2, é possível considerá-la como uma *proxy* imperfeita para o diagnóstico de pobreza multidimensional, tendo em vista que heterogeneidades pessoais podem levar à necessidade de maiores compensações (neste caso, renda) para manter um padrão de vida similar ao de um par sem deficiência (Sen 2018).

Partindo destas hipóteses, o presente estudo tem como objetivo explorar a situação socioeconômica de domicílios em que habitam pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul. Mais especificamente, busca-se entender se a existência de pessoas com deficiência impacta a renda domiciliar *per capita*, bem como se existe maior probabilidade de um domicílio se encontrar em situação de pobreza ou extrema pobreza em

<sup>2</sup> Valores para o ano de 2010 (IBGE, 2010).

decorrência deste fato.

Para além desta seção, a seguir são apresentados os dados e a estratégia de análise. Posteriormente, são apresentados os resultados dos modelos econométricos, e as considerações finais.

## 2 Metodologia e características gerais da amostra

### 2.1 Dados e variáveis

Para examinar a relação entre existência de pessoa com deficiência no domicílio com a pobreza e a extrema pobreza, foram utilizados os microdados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 (base de pessoas e domicílios) para o estado do Rio Grande do Sul (IBGE 2010). Na análise, foram desconsiderados os dados de domicílios em estabelecimentos, como asilos, orfanatos, hotéis, pensões, alojamento de trabalhadores, penitenciárias, presídios e casas de detenções. Também foram desconsiderados os dados de pessoas conviventes, pensionistas, empregados, parentes de empregados e habitantes de domicílios coletivos. Após estas exclusões, foram computadas no *merge* um total de 1.374.260

observações.

Na sequência, foram criadas três variáveis dependentes em formato *dummy*: (1) extrema pobreza (o indivíduo recebe valor 1 caso a renda *per capita* seja inferior a R\$ 70, e 0 caso seja superior); (2) pobreza (1 para renda inferior a R\$ 140, 0 para renda superior); (3) salário-mínimo, valor do Benefício de Prestação Continuada (1 para renda inferior a R\$ 510, 0 para renda superior).

Além destas *dummies* de interesse, as principais variáveis de controle consideradas pela literatura existente focam em dois vetores: um deles de domicílio (residir em zona urbana ou rural, região do país, número de moradores, presença de eletricidade, se a casa é própria, gastos com saúde privada) e outro relativo ao chefe de família (status marital, nível educacional, idade, gênero, número de filhos). Devido às limitações na base de dados, não foram considerados a propriedade do imóvel, bem como os gastos com saúde privada. Pelo mesmo motivo, as demais variáveis consideradas pelo estudo foram analisadas à luz de todos os indivíduos na base de dados, e não apenas a dos chefes de família. O detalhamento das variáveis escolhidas para compor os modelos pode ser observado abaixo, no Quadro 1.

**Quadro 1 – Descrição das variáveis selecionadas**

Variável	Descrição da variável
extremapobreza	Variável binária dependente que adota valor 1 se o domicílio possui renda per capita inferior a linha de extrema pobreza (R\$ 70,00) e 0 caso seja superior.
pobreza	Variável binária dependente que adota valor 1 se o domicílio possui renda per capita inferior a linha de pobreza (R\$ 140,00) e 0 caso seja superior.
salariominimo	Variável binária dependente que adota valor 1 se o domicílio possui renda per capita inferior a um salário-mínimo (R\$ 510,00) e 0 caso seja superior.
deficienciadomicilio	Variável binária que adota valor 1 se pelo menos um habitante do domicilio possui algum tipo de deficiência, independente de tipo e intensidade, e 0 caso não possua.
empregado	Variável binária que adota valor 1 se o indivíduo estiver ocupado na semana de referência, e 2 caso não esteja.
beneficiosocial	Variável binária que adota valor 1 se o indivíduo é beneficiário de auxílio governamental exclusive Bolsa Família e Aposentadoria, e 0 caso não seja beneficiário deste tipo de auxílio.
rural	Variável binária que adota valor 1 se o domicílio estiver localizado em zona rural, e 0 caso esteja localizado em zona urbana.

tamanho familiar	Variável discreta que indica o número de habitantes do domicílio.
idade	Variável discreta que indica a idade do indivíduo, em anos.
ensino médio	Variável binária que adota valor 1 se o indivíduo possua escolaridade mínima de Ensino Médio ou superior, e 0 caso possua escolaridade inferior.
homem	Variável binária que adota valor 1 se o indivíduo é do sexo masculino, e 0 para o sexo feminino.
casado	Variável binária que adota valor 1 se o indivíduo estiver casado no momento da coleta, e 0 caso apresente status marital diferente de casado.
energia	Variável binária que adota valor 1 se o domicílio possui rede elétrica apropriada e legal, e 0 caso não possua eletricidade apropriada.
água canalizada	Variável categórica que adota valor 1 se o domicílio possui água canalizada em pelo menos um cômodo da casa, 2 caso possua na propriedade, mas não em um cômodo, e 3 caso não possua.
esgototipo	Variável categórica que adota valor 1 se o domicílio tiver esgoto coletado por rede geral ou pluvial, 2 se coletado por fossa séptica, 3 por fossa rudimentar, 4 por vala, 5 por rio, lago ou mar, e 6 por outras modalidades.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

## 2.2 Estratégia empírica

Tendo em vista a natureza binária destas variáveis dependentes, a estratégia de análise consistiu na estimação de três regressões de escolha binária. A estimação de um modelo convencional de probabilidade linear traz a possibilidade de que as probabilidades ajustadas poderiam assumir valores menores do que zero e maiores do que um, além dos efeitos parciais de variáveis explicativas serem constantes (Wooldridge 2022). Dessa forma, quando a variável dependente é binária, usualmente são utilizados modelos de resposta binária como *probit* e *logit*. Segundo Wooldridge (2022), estes modelos assumem a forma de uma função de distribuição acumulada (FDA), para que os valores estimados para a variável dependente se situem entre 0 e 1. O

modelo de resposta binária para as respectivas linhas de pobreza pode ser representado por:

$$P(Y = 1|X) = F(\beta_0 + \beta X)$$

Em que  $X$  é a variável dependente *proxy* para

as respectivas linhas de pobreza, assumindo valor 1 se estiver abaixo da linha de pobreza e 0 se não estiver;  $\beta_0$  é o intercepto;  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados;  $X$  corresponde ao conjunto de variáveis explicativas.  $F$  corresponde à FDA, que assume o formato de uma função logística e é representado por:

$$F(\beta_0 + \beta X) = \frac{e^{\beta_0 + \beta X}}{1 + e^{\beta_0 + \beta X}}$$

A seguir, são apresentadas as estatísticas descritivas da amostra geral e dos domicílios com e sem a presença de moradores com alguma deficiência.

## 2.3 Características gerais da amostra e dos domicílios sem e com a presença de pessoas com deficiência

A amostra de domicílios apresenta uma média de 3,39 habitantes por residência, sendo que 74,24% estão localizados em zonas urbanas e 86,41% possuem acesso à energia elétrica regular<sup>3</sup>. A composição da amostra de pessoas é

<sup>3</sup> Uma vez que o estudo busca explorar situações de pobreza, domicílios com acesso à energia elétrica por meio de gatos foram considerados como desprovidos de energia elétrica.

majoritariamente feminina (50,79%), com 65,57% delas não casadas, 51,26% ganhando menos de um salário-mínimo e 75,63% não tendo concluído o ensino médio. A renda domiciliar *per capita* média foi de R\$ 833,51<sup>4</sup>. Beneficiários de auxílios governamentais, exceto Bolsa Família e aposentadoria, compuseram 2,53% da amostra. Em relação à deficiência, 24,21% das pessoas possuem algum tipo de deficiência, sendo que 18,02% têm deficiência visual, 5,92% deficiência auditiva, 7,94% deficiência física e 1,45% deficiência mental ou intelectual. A soma dos percentuais por deficiência ultrapassa os 24,21%, devido à

existência de pessoas com múltiplas deficiências na base de dados. Assim, 48,54% dos lares da amostra possuem ao menos uma pessoa com deficiência no domicílio.

A média de habitantes por domicílios é a mesma tanto na amostra geral quanto nos domicílios com e sem a presença de pessoa com deficiência. Quando analisamos somente os domicílios sem a presença de pessoa com deficiência, percebe-se que 77,1% deles estão localizados em zona urbana comparado a uma média de 71,2% de domicílios urbanos entre aqueles com presença de pessoa com deficiência.

**TABELA 1** – Estatísticas descritivas das variáveis selecionadas

Características gerais da amostra					
Variable	Obs.	Mean.	Std. Dev.	Min.	Máx.
extremapobreza	1374260	.049	.216	0	1
pobreza	1374260	.096	.294	0	1
salariominimo	1374260	.513	.5	0	1
deficienciadomicilio	1374260	.485	.5	0	1
empregado	1199452	.611	.487	0	1
beneficiosocial	1199452	.031	.283	0	9
rural	1374260	.258	.437	0	1
tamanho familiar	1369351	3.387	1.377	1	21
idade	1374260	34.856	21.269	0	133
ensinomedio	1374260	.244	.429	0	1
homem	1374260	.492	.499	0	1
casado	1374260	.344	.475	0	1
energia	1374260	.864	.343	0	1
aguacanalizada	1373410	1.036	.239	1	3
esgototipo	1362375	2.083	.979	1	6
Características gerais dos domicílios sem a presença de PCDs					
extremapobreza	707237	.048	0.213	0	1
pobreza	707237	.094	0.291	0	1
salariominimo	707237	.484	0.500	0	1
empregado	597774	.671	0.470	0	1
beneficiosocial	597774	.031	0.271	0	9
rural	707237	.229	0.420	0	1
tamanho familiar	704264	3.388	1.316	1	15
idade	707237	30.365	18.736	0	133
ensinomedio	707237	.294	0.456	0	1
homem	707237	.498	0.500	0	1

<sup>4</sup> Valores de 2010, não corrigidos. Válido para os demais valores neste trabalho.

casado	707237	.327	0.469	0	1
energia	707237	.862	0.345	0	1
aguacanalizada	706782	1.032	0.226	1	3
esgototipo	701049	2.039	0.958	1	6
Características gerais dos domicílios em que há presença de PCDs					
extremapobreza	667023	.05	0.219	0	1
pobreza	667023	.098	0.298	0	1
salariominimo	667023	.543	0.498	0	1
empregado	601678	.552	0.497	0	1
beneficiosocial	601678	.032	0.294	0	9
rural	667023	.288	0.453	0	1
tamanho familiar	665087	3.386	1.440	1	21
idade	667023	39.618	22.710	0	120
ensinomedio	667023	.19	0.393	0	1
homem	667023	.485	0.500	0	1
casado	667023	.363	0.481	0	1
energia	667023	.867	0.340	0	1
aguacanalizada	666628	1.04	0.251	1	3
esgototipo	661326	2.129	0.998	1	6

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

No que tange à composição de sexo, nos domicílios sem a presença de pessoa com deficiência 50,17% são do sexo feminino, contra 51,45% nos domicílios com presença de pessoa com deficiência. O percentual de pessoas casadas é maior nos domicílios com presença de pessoa com deficiência, bem como a média de idade dos moradores. Por sua vez, o percentual de pessoas empregadas, a média de escolaridades e a renda domiciliar *per capita* é superior nos domicílios sem a presença de pessoa com deficiência.

Em relação à pobreza, nos domicílios sem a presença de pessoa com deficiência 4,75% se encontram abaixo da linha de extrema pobreza, e 9,36% abaixo da linha de pobreza. Beneficiários de auxílios governamentais, exclusive Bolsa Família e aposentadoria, compuseram 2,58% da amostra.

Já nos domicílios com a presença de pessoa com deficiência, 5,04% se encontram abaixo da linha de extrema pobreza, e 9,83% abaixo da linha de pobreza. Beneficiários de auxílios governamentais, exclusive Bolsa Família e aposentadoria, compuseram 2,48% da amostra, valor inferior ao encontrado em domicílios sem a presença de

pessoa com deficiência.

Em suma, o domicílio em que há presença de pessoa com deficiência é, em média, mais velho, mais propenso a estar situado em zona rural, menos escolarizado, mais pobre e com menores taxas de emprego no mercado de trabalho. Mulheres são mais vulneráveis a esta situação, bem como é mais provável que os indivíduos nestes domicílios estejam casados. No entanto, não foram registradas diferenças significativas de tamanho familiar.

### 3 Resultados

Primeiramente, foram estimados três modelos *logit*, cujas variáveis dependentes foram as *dummies* de extrema pobreza, pobreza e salário-mínimo, respectivamente. O objetivo foi identificar se a presença de pessoas com deficiência no domicílio aumenta o risco de a renda *per capita* situar-se abaixo das respectivas linhas de pobreza monetária. Os resultados dos modelos indicam que as variáveis selecionadas explicam conjuntamente as variáveis dependentes.

**TABELA 2** – Resultados dos modelos de linha de extrema pobreza, pobreza e salário-mínimo

	(1)	(2)	(3)
VARIABLES	Extrema Pobreza	Pobreza	Salário-Mínimo
deficienciadomicilio	0.936*** (0.00912)	0.949*** (0.00697)	1.175*** (0.00499)
empregado	0.191*** (0.00214)	0.317*** (0.00253)	0.450*** (0.00202)
beneficiosocial	0.439*** (0.0166)	0.810*** (0.0159)	0.871*** (0.00708)
rural	2.349*** (0.0254)	2.014*** (0.0165)	1.293*** (0.00673)
tamanho familiar	0.952*** (0.00351)	1.311*** (0.00322)	1.339*** (0.00233)
idade	0.982*** (0.000286)	0.984*** (0.000221)	0.985*** (0.000127)
ensinomedio	0.748*** (0.0104)	0.496*** (0.00567)	0.323*** (0.00162)
homem	1.100*** (0.0106)	1.006 (0.00733)	0.961*** (0.00401)
casado	1.204*** (0.0145)	1.054** (0.00968)	0.959*** (0.00442)
energia	0.819*** (0.0104)	0.754*** (0.00721)	0.670*** (0.00413)
aguacanalizada	1.683*** (0.0232)	1.665*** (0.0191)	1.425*** (0.0152)
esgototipo	1.136*** (0.00577)	1.228*** (0.00463)	1.274*** (0.00303)
Constant	0.0837*** (0.00234)	0.0449*** (0.000965)	0.756*** (0.0120)
Observations	1,187,448	1,187,448	1,187,448
Pseudo R-squared	0.1094	0.1366	0.1429

Legenda: Standard errors in parentheses; \*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em termos de ajuste dos modelos, exceto pelo gênero, que não se mostrou significativo no modelo de pobreza, e pelo status marital, significativo a 5% neste mesmo modelo, todas as demais covariáveis apresentaram significância ao nível de 1%. Não há multicolinearidade entre as variáveis, com um Fator de Inflação de Variância (VIF) médio de 1,16, sendo o maior valor registrado na variável "idade" (1,47).

Os resultados dos modelos revelam que a

presença de pessoas com deficiência no domicílio reduz as chances de a renda domiciliar *per capita* estar abaixo das linhas de extrema pobreza (0,936) e pobreza (0,949). No entanto, considerando o salário-mínimo *per capita* como referência, domicílios com pessoas com deficiência têm uma probabilidade 17,5% maior de terem renda domiciliar abaixo desse valor, em comparação com domicílios sem essa realidade.

Benefícios sociais, como o Bolsa Família e apo-

sentadorias, atenuam essa probabilidade, com valores de 0,439, 0,810 e 0,871 para os modelos de extrema pobreza, pobreza e salário-mínimo, respectivamente. A idade dos indivíduos impacta negativamente a chance de a renda domiciliar *per capita* estar abaixo das linhas de pobreza, embora o efeito seja relativamente pequeno, com razões de chance de 0,982 para extrema pobreza, e de 0,984 e 0,985 para pobreza e salário-mínimo, respectivamente. Esse resultado possivelmente está associado ao impacto positivo da aposentadoria dos idosos, que melhora a renda das famílias mais pobres, mas pode gerar uma redução artificial da pobreza (Bruker et al. 2015), uma vez que o auxílio recebido pode anular gastos extras com saúde.

Quanto às outras variáveis, estar empregado é o fator de maior impacto negativo na chance de a renda domiciliar *per capita* ficar abaixo de todas as linhas de pobreza, com razões de chance de 0,191, 0,317 e 0,450 para extrema pobreza, pobreza e salário-mínimo, respectivamente, corroborando evidências de Mizunoya e Mitra (2013) e Mitra e Kruse (2016).

Em relação ao nível educacional, maior escolaridade reduz significativamente a probabilidade de a renda *per capita* estar abaixo das linhas de corte, com razões de chance de 0,748, 0,496 e 0,323 para extrema pobreza, pobreza e salário-mínimo, respectivamente.

Ser homem aumenta as chances de o indivíduo estar abaixo da linha de extrema pobreza (razão de chance de 1,100), mas essa variável não se mostrou significativa no modelo de pobreza. No modelo que utiliza o salário-mínimo como referência, ser homem reduz as chances de estar abaixo dessa faixa de renda (razão de chance de 0,961), possivelmente devido ao maior percentual de mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza (Ferrario e Cunha 2012).

A localização do domicílio em zona rural aumenta a tendência de a renda *per capita* estar abaixo das três linhas de pobreza, com razões de chance de 2,349, 2,014 e 1,293 para extrema pobreza, pobreza e salário-mínimo, respectivamente.

Condições precárias de acesso à água cana-

lizada e saneamento básico aumentam a probabilidade de a renda domiciliar *per capita* estar abaixo das linhas de pobreza, refletindo-se em razões de chance de 1,683, 1,665 e 1,425 para água, e 1,136, 1,228 e 1,274 para saneamento, nos respectivos modelos.

O tamanho e a composição familiar também são determinantes para essas desigualdades, como demonstrado por Wajzman, Turra e Agostinho (2006). Quanto maior o tamanho da família, menor a probabilidade de a renda domiciliar *per capita* estar abaixo da linha de extrema pobreza (razão de chance de 0,952). No entanto, para os modelos de pobreza e salário-mínimo, os valores foram de 1,311 e 1,339, respectivamente, indicando que famílias maiores têm maior risco de ter rendas abaixo dessas linhas, especialmente quando há algum membro com deficiência. Mesmo que esse membro receba o salário-mínimo proveniente do BPC, tal valor não é suficiente para evitar a pobreza e a vulnerabilidade da família.

Estar casado aumenta as chances de a renda domiciliar *per capita* estar abaixo das linhas de extrema pobreza e pobreza (razões de chance de 1,204 e 1,054, respectivamente). No modelo do salário-mínimo, a situação se inverte (razão de chance de 0,959), indicando que estar casado aumenta as chances de a renda domiciliar *per capita* estar acima dessa linha.

#### 4 Considerações finais

Este estudo investigou a situação socioeconômica de domicílios no Rio Grande do Sul com pessoas com deficiência, buscando compreender o impacto da presença dessas pessoas na renda familiar. Foram estimadas as probabilidades de os domicílios estarem em extrema pobreza, pobreza ou com renda familiar *per capita* inferior a um salário-mínimo, considerando a presença de pessoa com deficiência.

A primeira hipótese sugeria que domicílios com pelo menos uma pessoa com deficiência apresentariam a mesma probabilidade de estar em situação de pobreza e extrema pobreza comparado a domicílios sem pessoas com deficiência. A segunda hipótese afirmava que esses domicílios

teriam maior probabilidade de possuir renda *per capita* inferior a um salário-mínimo.

Para testar as hipóteses, foram estimados três modelos *logit*, comparando o impacto da presença de uma ou mais pessoas com deficiência em um domicílio na probabilidade de a renda *per capita* estar abaixo da linha de extrema pobreza, pobreza e abaixo do valor de benefícios sociais. Os resultados mostraram que, para extrema pobreza e pobreza, a presença de uma pessoa com deficiência no domicílio reduz as chances de a renda familiar *per capita* ficar abaixo dessas linhas de pobreza. Porém, a probabilidade de a renda domiciliar estar abaixo do valor mensal de um salário-mínimo é maior nesses domicílios.

Diversas covariáveis se mostraram significativas ao nível de 1%, destacando-se maior razão de chances de estar abaixo das linhas de pobreza para domicílios em zona rural, com escolaridade inferior ao ensino médio, menor idade média, sem acesso à água canalizada e esgoto.

Os resultados corroboram a literatura, indicando que, no Rio Grande do Sul, domicílios com pessoas com deficiência têm menor probabilidade de estar em pobreza e extrema pobreza. Isso pode refletir impactos positivos das transferências de renda governamentais, que mitigam esse tipo de pobreza. Internacionalmente, a pobreza monetária é amplamente compensada por essas transferências, levando a pouca ou nenhuma desigualdade monetária entre domicílios com e sem pessoas com deficiência.

Apesar dos bons resultados, os dados disponíveis não permitem avaliar a pobreza multidimensional. As mudanças nas estruturas familiares sugerem que estudos futuros devem incluir análises em séries temporais para compreender o impacto dessas alterações ao longo do tempo.

## Referências

Asuman, Derek, Charles Godfred Ackah, Frank Agyire-Tettey. 2021. "Disability and household welfare in Ghana: costs and correlates". *Journal of Family and Economic Issues* 42 (4): 633-649. <https://doi.org/10.1007/s10834-020-09741-5>.

Banks, Lena Morgon, Monica Pinilla-Roncancio, Matthew Walsham, Hoang Van Minh, Shailes Neupane, Vu Quynh Mai, Saurav Neupane, Karl Blanchet, Hannah Kuper. 2021. "Does disability increase the risk of poverty 'in all its forms'? Comparing monetary and multidimensional poverty in Vietnam and Nepal". *Oxford Development Studies* 49 (4): 386-400. <https://doi.org/10.1080/13600818.2021.1985988>.

Barros, Ricardo Paes de, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Rosane Silva Pinto de Mendonça. 2006. *Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2699>.

Bella, Adrianna, Teguh Dartanto. 2018. "Persons with disabilities (PWD) and poverty in Indonesia". *Malaysian Journal of Economic Studies* 55 (2): 167-188. <https://doi.org/10.22452/MJES.vol55no2.2>.

Brasil. 1991. "Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências". *Diário Oficial da União* 142 (1): 14809-14819.

Brasil. 1996. "Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional". *Diário Oficial da União* 248 (1): 27833-27841.

Brasil. 2009. "Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial". *Diário Oficial da União* 190 (1): 17.

Brasil. 2015. "Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)". *Diário Oficial da União* 127 (1): 2-11.

Brucker, Debra L., Sophie Mitra, Navena Chaitoo, Joseph Mauro. 2015. "More likely to be poor whatever the measure: Working age persons with disabilities in the United States". *Social Science Quarterly* 96 (1): 273-296. <https://doi.org/10.1111/ssqu.12098>.

Cintra, Anael Pinheiro de Ulhôa, e Leonildo Pereira de Souza. 2012. "Pessoas com deficiência severa na Região Sul do Brasil: características da população segundo os Censos 2000 e 2010". *Caderno Iperdes - Estudos e Pesquisas* 2 (2): 68-86. <https://ipardes.emnuvens.com.br/cadernoipardes/article/view/535>.

Costa, Nilson do Rosário, Miguel Abud Marcelino, Cristina Maria Rabelais Duarte, Deborah Uhr. 2016. "Proteção social e pessoa com deficiência no Brasil". *Ciência & Saúde Coletiva* 21: 3037-3047. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.18292016>.

Ferrario, Marcela Nogueira, Marina Silva Cunha. 2012. "Estrutura e renda familiar no Brasil". *Ensaio FEE* 33 (1): 123-142.

Guets, Wilfried, Deepak Kumar Behera. 2022. "Does disability increase households' health financial risk: evidence from the Uganda demographic and health survey". *Global Health Research and Policy* 7: 1-8. <https://doi.org/10.1186/s41256-021-00235-x>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. *Censo demográfico 2010*. IBGE. <https://censo2010.ibge.gov.br>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2024. *Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*. Brasília: IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS10>.

Ismail, Safa, Chokri Arfa. 2022. "Effects of out-of-pocket medicine's spending on catastrophic expenditure and impoverishment in Tunisia". *Value in Health Regional Issues* 30: 109-118. <https://doi.org/10.1016/j.vhri.2022.01.008>.

Mitra, Sophie, Douglas Kruse. 2016. "Are workers with disabilities more likely to be displaced?". *The International Journal of Human Resource Management* 27 (14): 1550-1579. <https://doi.org/10.1080/09585192.2015.1137616>.

Mitra, Sophie, Michael Palmer, Hoolda Kim, Daniel Mont, Nora Groce. 2017. "Extra costs of living with a disability: a review and agenda for research". *Disability and Health Journal* 10 (4): 475-484. <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2017.04.007>.

Mizunoya, Suguru, Sophie Mitra. 2013. "Is there a disability gap in employment rates in developing countries?". *World Development* 42: 28-43. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.05.037>.

Morris, Zachary A., Stephen V. McGarity, Nanette Goodman, Asghar Zaidi. 2022. "The extra costs associated with living with a disability in the United States". *Journal of Disability Policy Studies* 33 (3): 158-167. <https://doi.org/10.1177/10442073211043521>.

Roddy, Áine. 2022. "Income and conversion handicaps: estimating the impact of child chronic illness/disability on family income and the extra cost of child chronic illness/child disability in Ireland using a standard of living approach". *The European Journal of Health Economics* 23 (3): 467-483. <https://doi.org/10.1007/s10198-021-01371-4>.

Schneider, Marguerite, Helen Suich. 2021. "Measuring disability inclusion: feasibility of using existing multi-dimensional poverty data in South Africa". *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18 (9): 4431. <https://doi.org/10.3390/ijerph18094431>.

Sen, Amartya. 2018. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Simeu, Natalie, Sophie Mitra. 2019. "Disability and household economic wellbeing: evidence from Indonesian longitudinal data". *Oxford Development Studies* 47 (3): 275-288.

Wajnman, Simone, Cassio M. Turra, Cintia S. Agostinho. 2006. "Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil". In *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, organizado por Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulysseu, 423-442. Brasília: IPEA.

Wooldridge, Jeffrey M. 2022. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning.

---

### Gabriel Souza da Silva

Doutorando em Economia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento (PPGE) da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Mestre em Economia do Desenvolvimento e bacharel em Ciências Econômicas pela PUC-RS.

---

### Diego da Rosa dos Santos

Doutorando em Economia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento (PPGE) da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Mestre em Economia do Desenvolvimento pela PUC-RS. Tecnólogo em Processos Gerenciais pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

---

### Izete Pengo Bagolin

Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento (PPGE) da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

---

### Endereço para correspondência

**GABRIEL SOUZA DA SILVA**

**DIEGO DA ROSA DOS SANTOS**

**IZETE PENGO BAGOLIN**

Avenida Ipiranga, 6681

Parthenon, 90619-900

Porto Alegre, RS, Brasil

*Os textos deste artigo foram normalizados por Texto Certo Acessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*